

O ORIENTE MÉDIO PÓS-GUERRA FRIA: A GEOPOLÍTICA E O PROCESSO DE PAZ ISRAEL-OLP

Alexandre Roche*

Resumo

Após definir as grandes linhas da geopolítica e da diplomacia do Oriente Médio, o autor analisa o impacto do fim da Guerra Fria na região, considerando que o fim da influência soviética permitiu aos Estados Unidos dominar a política local. O desfecho da Guerra do Golfo (1990-91) e o enfraquecimento dos países apoiadores da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), por outro lado, possibilitou a assinatura dos primeiros acordos de paz entre Israel e a Palestina em 1991. O autor, neste texto datado, traça possíveis tendências, que vieram a se concretizar.

Palavras-chave

Oriente Médio, Acordo de Paz Israel-OLP, Geopolítica

Abstract

The author describes the diplomatic and geopolitical context of the Middle East, and then the impacts of the decline of soviet influence. The Cold War's end allowed the United States to manage the diplomatic game in the area, as the results of Gulf War (1990-91) shows. At the same time, weakening the Palestine Liberation Organization (PLO) supporter's countries allowed the signing of accords that – until today – seek to solve the peace process between Israel and Palestine. The author, in this text of the epoch, explores possible tendencies that were confirmed latter.

Keywords:

Middle East, Israel-PLO Peace Agreements, Geopolitics

Introdução

Tratar das relações diplomáticas internacionais no Oriente Médio implica, em primeiro lugar, apresentar uma série de questões preliminares para melhor delimitar e precisar o tema, pois nada é tão ilusório quanto esta parte do mundo onde está sendo, digamos, jogado o destino do planeta:

a) Inicialmente, o que se entende exatamente por Oriente Médio? E quais diferenças podemos estabelecer entre o Oriente Médio e o Oriente Próximo, por exemplo?

b) Será que o período histórico de 1980-1991 representa realmente um período interessante para esta parte do mundo, ou devemos antes referir-nos aos acordos de Camp David, ou do segundo choque do petróleo de 1979 até a Conferência de Madri?

* Historiador francês graduado em História Contemporânea pela Universidade de Lyon. Nasceu em Alexandria (Egito), onde morou vários anos. Fundador do Instituto Roche, em Porto Alegre. Tradução de Francine Roche e Lígia Petrucci.

c) Quais são as grandes potências diretamente interessadas no Oriente Médio, e em que medida as transformações sofridas por estas potências durante o período afetaram as relações de força naquela região?

d) Quais são as verdadeiras forças dos países do Oriente Médio e qual seu poder de pressão sobre as grandes potências?

e) É necessário levar em consideração a força política das grandes empresas transnacionais, principalmente de petróleo, as quais agem, muitas vezes, de forma oculta e à margem das normas conhecidas.

f) Qual é a real influência da religião sobre as políticas no Oriente Médio?

Todas estas questões e muitas outras demandam respostas, ou antes, aproximações, abordagens, que *não são muito fáceis* na presente situação da documentação. O historiador encontra-se, pois, na posição incômoda de ter de enunciar hipóteses de trabalho, a partir das quais tentará encontrar soluções para problema indicado.

O Oriente Médio e seu significado

O que se entende, atualmente, por Oriente Médio? Se tomarmos como ponto de partida a matéria-prima fundamental – o petróleo – sob suas formas, petróleo bruto exportado; petróleo bruto refinado exportado; transporte do petróleo exportado por via terrestre (*pipeline*) ou por via marítima; estoques de petróleo destinados à exportação; reservas de petróleo para os próximos trinta anos; poderíamos dividir esta parte do mundo em três: a) o Golfo Pérsico, centro petrolífero primordial; b) o Oceano Índico e o “chifre” da África Oriental, zona de transporte; c) o mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo oriental, zona de transporte.

Uma vez estabelecidos estes três eixos, seria conveniente traçar as porções de terra que os encerram, quer dizer, que os protegem ou que os ameaçam. O Golfo Pérsico está flanqueado a leste pelo Irã Oriental, pelo Afeganistão e oeste do Paquistão; ao norte do Irã, pelo mar Cáspio e pela Turquia (fronteira do Cáucaso); a oeste pela Síria, pela Jordânia, pelo grande deserto árabe, sem esquecer o Líbano, Israel e o Sinai; e ao sul pelo Golfo de Áden, que desemboca no Oceano Índico. Grosso modo, portanto, o eixo do Golfo Pérsico vai do mar Cáspio, do Cáucaso e do Afeganistão até o Oceano Índico. O Oceano Índico inscreve-se já no primeiro eixo, mas o “chifre” africano (Eritreia, Djibuti e Somália) encadeia, estrategicamente, a Etiópia, o Quênia, a Tanzânia, o Malawi e Moçambique, sem falar da África do Sul e de todo o sistema de ilhas que se escalonam desde a costa arábica até Madagascar, e a leste até o Ceilão. O mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo oriental englobam ainda, em seguida, o “chifre” africano, o Sudão, o Egito, Israel, o Líbano, a Síria, Chipre, a Turquia, a Grécia (em particular Creta e as ilhas Esporadas Meridionais), a Albânia, o sul da Itália, Malta, o norte da Tunísia e a Líbia.

O mundo moderno tem, pois, uma visão global devido à rapidez de deslocamentos militares e civis, bem como aos eixos marítimos e terrestres do petróleo. Trata-se, portanto, de uma grande porção de terras e de mares que cobre, em parte, três continentes e que deixa as nações do Oriente Próximo e do Levante, noções do século XIX, muito aquém de uma realidade dinâmica. De fato, o Oriente Próximo, que se unia aos Bálcãs, compreendia em 1930 a Turquia, a Síria e o Líbano (os dois últimos sob o mandato francês), a ilha de Chipre (colônia inglesa), a Palestina (sob o mandato britânico), a Transjordânia e o Iraque, todos dois hachemitas e ligados à Inglaterra por rígidos tratados de alianças militares, e o Egito dominado pela aliança inglesa. O eixo do petróleo encontrava-se no Iraque-Pérsia, e o eixo das comunicações era o Canal de Suez. Quanto ao Levante, noção diplomática vaga, compreendia a fachada marítima da Turquia, Síria, Líbano, Palestina e Egito. É evidente que estas noções ultrapassadas não podem se enquadrar na nova visão geopolítica da região.

De onde vem, então, o alargamento do Oriente Médio, senão da enorme quantidade de petróleo exportado, cujos poços e bases de refinamento e exportação se deslocaram em direção ao sul, seguindo o eixo do Golfo Pérsico, mencionado anteriormente, atingindo a fachada sul da Arábia. Este deslocamento em direção ao sul, a imensa quantidade de petróleo exportado, as perspectivas inconcebíveis, a poucos anos atrás, das reservas de petróleo, fazem com que uma região importante tenha se tornado vital para o mundo dito Ocidental e para o comércio internacional.

Utilizemos, então, uma imagem cotidiana para melhor definir o Oriente Médio geográfico e geopolítico – uma casa: um teto (Turquia, Cáspio, Irã, Afeganistão e Paquistão); um corpo da construção indo da Líbia ao Paquistão, compreendendo a Líbia, o Egito, Israel, o Líbano, a Síria, a Jordânia, o Iraque, o Irã, o Kuwait, os Emirados e os Principados do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita, Omã e Iêmen; um pátio, em parte terrestre, desde o Sudão até a África do Sul, acentuando-se sobre o “chifre” africano (Eritreia, Djibuti e Somália), e em parte marítimo, o Golfo Pérsico, ele próprio, o Oceano Índico, o mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo oriental.

Se nos apercebemos que o Golfo Pérsico, o Golfo de Áden, o Mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo interrompem o corpo da construção, circundando-o, podemos concluir sobre duas proposições – o enorme Oriente Médio, assim definido, responsável por 55% do petróleo exportado e detentor de 60% das reservas mundiais, é guardado ao norte por um “teto” terrestre (a Turquia, o Irã e o Afeganistão, primeira posição), e a leste, ao sul e a oeste, por extensões marítimas e por um canal estratégico. Aquele que controlar o “teto” e aquele que dominar os mares possui o Oriente Médio. As duas proposições fundem-se, então, numa só: possuir, ao mesmo tempo, um número suficiente de aliados e bases para poder dominar – através de um armamento terrestre, frotas rápidas e uma aviação tática e estratégica – o “teto” e os mares adjacentes.

Quanto à segunda questão. Partindo dessas premissas, é necessário considerar 1980 como o início deste nosso período? É evidente que Camp David, estabelecendo, em 1979, a paz entre Israel e o Egito, livra o Canal de Suez das zonas de guerra e, por isso mesmo, deve ser escolhido como data limite. Da mesma forma, a Revolução Iraniana, em 1979, destruiu a aliança entre o Irã e os Estados Unidos e afetou diretamente o “teto”, preparando, como reação, um choque petrolífero. Por estas duas razões, teremos como base o ano de 1979.

Relativo ao terceiro ponto, quais são as grandes potências diretamente interessadas no Oriente Médio? Partindo das premissas anteriores, podemos afirmar, sem risco de nos enganarmos, que os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão (pelo Primeiro Mundo) são, em grande medida, dependentes do petróleo do Oriente Médio. Os dois primeiros choques do petróleo, de 1973 e 1979, afetaram diretamente a, todavia próspera, economia destes países. Um terceiro choque petrolífero no momento de recessão que atravessa o comércio mundial afetaria profundamente a economia do Primeiro Mundo, daí necessidade constante de vigiar ao máximo a evolução interna do Oriente Médio. Em oposição, e durante todo o período da Guerra Fria, a União Soviética, por seu lado, procurou dominar direta ou indiretamente as regiões estratégicas do Oriente Médio. É possível antecipar que em nenhuma parte do mundo o confronto entre os dois blocos antagonistas foi tão vivo quanto no Oriente Médio. De qualquer forma, é importante ressaltar que a partir de 1985, e, sobretudo, em 1990 e 1991, a política de reaproximação, seguida da abertura social-democrata do presidente Gorbachev, atenua ao máximo esta oposição.

A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, a reavaliação das “alianças” da União Soviética com a Líbia, a Síria, o Iraque, o Iêmen, a Etiópia e Moçambique, desimpedem o “teto” e os acessos marítimos. Daí a predominância quase absoluta dos Estados Unidos e da Europa Ocidental sobre o Oriente Médio. Podemos dizer que a instabilidade do governo de Cabul, as sinuosidades da política islâmico-iraniana, a consolidação da OLP no governo

provisório da Palestina, a guerra do Líbano, os movimentos islâmicos, o radicalismo do Estado de Israel, o problema curdo, a instabilidade econômica do Egito, suscitam ainda uma série de problemas aos diplomatas ocidentais. Entretanto, a Conferência de Madri, sejam quais forem seus resultados, demonstra a unidade de pontos de vista das potências mundiais que foram, durante muito tempo, antagonistas. Esta concordância de pontos de vista permite aos Estados Unidos conduzir o jogo diplomático no Oriente Médio.

É certo que falamos apenas das grandes potências do Primeiro Mundo. Seria interessante mencionar as potências do Terceiro Mundo, tais como o Brasil, a Índia, o Paquistão, a Tailândia, os países do leste africano, a África do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia, etc. Apesar de suas diferenças, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul estão fortemente ligadas às economias ocidentais. As duas potências mais afetadas pela situação do Oriente Médio são o Brasil e a Índia. Daí seu interesse pelos países produtores de petróleo e as posições frequentemente heterodoxas que estes países tomaram durante a última crise. Mas o peso militar conta. E por bem ou por mal, as potências do Terceiro Mundo tiveram de aceitar a política geral do Oriente Médio, comandada por Washington. Resumindo, pois, esta questão, o fim da Guerra Fria, as transformações da União Soviética, a reaproximação soviético-americana, que consolidaram o “teto” e os “pátios” marítimos e terrestres, deram aos Estados Unidos a possibilidade de conduzir o seu jogo.

A quarta questão, qual seja, saber quais são as verdadeiras forças dos países do Oriente Médio e seu poder de pressão sobre as grandes potências é, certamente, uma das mais complexas. Durante muito tempo a chantagem em relação ao petróleo parecia à opinião pública a mais poderosa arma dos países árabes exportadores. No entanto, se refletirmos, veremos que países exportadores de petróleo bastante povoados, como o Iraque e a Argélia, necessitam vender para se industrializarem e fornecerem a uma demografia galopante um suficiente mercado de trabalho. Da mesma forma, o Irã persa necessita vender para levar a bom termo uma revolução econômica mal definida. Assim também, os países árabes exportadores de petróleo com menor demografia, como a Arábia Saudita, o Kuwait, o Bahrein, os Emirados e Omã, têm necessidade de vender para alimentar as contas de crédito que lhes dão uma dimensão mundial. A pressão exercida pelo petróleo é, então, uma lâmina de dois gumes. Já, ao contrário, a acumulação de capitais, os lucros obtidos nos prudentes investimentos de capital na economia do Primeiro Mundo, fazem dos países árabes exportadores de petróleo com fraca demografia (países do Golfo Pérsico, com exceção do Iraque), os grandes financiadores em curto prazo desde 1985. Apesar de alguns escândalos que a imprensa mundial tentou explorar, os capitais árabes demonstraram uma grande prudência, evitando os mercados de especulação fácil (mercado da Arte), penetrando nos mercados financeiros, imobiliários, industriais, militares e, sobretudo, estáveis, através de mediadores e corretores internacionais. Avalia-se em 800 bilhões de dólares ou talvez mais, o capital árabe circulando no Primeiro Mundo, oxigênio indispensável às economias em recessão. Estes produtores de petróleo, transformado em capitalistas financeiros, têm, então, uma força de pressão em petrodólares bem mais forte que o ouro negro. É certo que estes capitalistas são ainda jovens e podem, por mais de uma vez, cometer algum engano. Assim, desde 1965, Riad substituiu, na Arábia Saudita, o tema Meca, caro a Ibn Seoud. As dinastias dos Fayçal de Riad, os sheiks do Golfo, comandando uma guerra feita por outros, decidiram seu término quando julgaram oportuno.

Frente a esta potência internacional, encontra-se Israel. Militar, política, social e culturalmente, Israel é – e o Estado judaico demonstrou – a primeira potência do Oriente Médio. Possuidor ou não de bombas atômicas, pode destruir qualquer um de seus adversários árabes. As investidas de algumas organizações da OLP não têm efeito algum sobre a força militar israelense. A Síria, a Jordânia, o Egito e mesmo o Iraque (antes de janeiro de 1991) bem o sabem. Mas a História nos ensina que podemos vencer várias batalhas e perder a

guerra, pois há outros fatores que intervêm num conflito de longa duração – a experiência da guerra do Líbano, de que trataremos mais adiante, o cerco a Beirute, a perspectiva de batalhas sangrentas num corpo a corpo nas ruas e residências pesaram, consideravelmente, sobre as decisões israelenses desde 1982. No entanto, o problema do Estado de Israel não provém de sua forte estrutura de Estado, mas de sua economia, que sempre se ressentiu, e hoje se ressentia ainda mais, de um orçamento militar hipertrofiado. Ainda que a inflação israelense tenha sido freada, mesmo que a balança comercial se tenha equilibrado, o cômputo das finanças é desfavorável e sem garantia de grande aliados (os Estados Unidos) – Israel se enfraqueceria rapidamente. É, então, a diáspora que vem em socorro do Estado de Israel. Ora, a época dos dons individuais está terminada. As imensas fortunas não podem mais resolver sozinhas os problemas de um Estado moderno. Os Estados Unidos foram, são e serão, por um longo tempo ainda, o grande sustentáculo de Israel. Mas mesmo com a ajuda dos jornais, revistas, livros, rádio, televisão, cinema, teatro, difundidos em escala internacional, a imagem de Davi lutando desesperadamente com os Golias perde terreno. Um certo cansaço tomou conta da opinião pública. O palestino transformado em judeu dos judeus começa a conhecer uma certa publicidade. A imagem do “pobre” árabe conquista determinados setores. O anti-semitismo renasce um pouco por todos os lugares, mesmo nos Estados Unidos. Ainda que o Partido Republicano e o Partido Democrata não conheçam choques ideológicos profundos, e que tenha sido possível afirmar em alguns momentos a existência de um único partido, ideologicamente falando, no que se refere aos problemas do Oriente Médio, o Partido Democrata sempre sustentou Israel de uma maneira bem mais clara que os Republicanos. A atitude de Eisenhower em 1956, em Suez, o jogo ambíguo de Nixon em 1973, o de Reagan em 1982, e as reações de Bush antes, durante e após o Golfo Pérsico, demonstram-no facilmente. A facção radical israelense, a política “olho por olho, dente por dente”, já não conta mais com a mesma audiência apaixonada. Na realidade, é possível perceber, apesar da propaganda oficial, que para certos meios americanos a grande política dos Estados Unidos passa por Riad. E é aí onde Israel encontra-se num caminho cruzado – se a força da mídia não conseguir comover a opinião pública americana e mundial, Israel será obrigado a aceitar as condições de paz que Washington deseja, com base nos prudentes conselhos de Riad.

E os outros? O Irã e o Iraque, enfraquecidos, vivem fechados sobre si mesmos. Abordaremos esta questão pormenorizadamente. O Líbano, dividido, sai de uma longa guerra civil. Os palestinos reformulam a união entre uma diáspora desgastada e um reagrupamento civil das populações palestinas de Israel, das zonas ocupadas e da Jordânia. Nessa situação, surgem novas elites. A Jordânia, nos aspectos mais democráticos, evolui lenta, mas seguramente em direção ao oeste. Restam os dois pilares da política americana – a Turquia e o Egito. A Turquia ao norte, viga mestra do “teto” oscilante, não perdeu todo seu poder. A transformação das repúblicas soviéticas do Cáucaso, do Cáspio e do Turquestão dá à Turquia uma força que o Irã e o Afeganistão, enfraquecidos, não podem combater. É certo que caíram muitas telhas, mas o “teto” resiste. O Egito ao centro, guardião do Canal de Suez, do mar Vermelho e do Mediterrâneo oriental, pilar do corredor marítimo, ainda desempenha seu papel. Ora, o Egito de Anwar El Saddatt, e depois o de Moubarek, seguiu e ainda segue a política da Camp David e, posteriormente, a de Riad pois, o algodão, o turismo e os benefícios do Canal de Suez não podem manter um país que ultrapasse 45 milhões de habitantes, com uma densidade de mais de mil habitantes por km² na região do delta. O Egito moderno necessita, portanto, de um longo período de paz no Oriente Médio, que lhe permita, dessa forma, receber os capitais disponíveis que possibilitaria realizar uma transformação econômica, social e política. Camp David trouxe-lhe apensar uma paz precária, de poucos benefícios num mundo árabe dividido e até mesmo hostil.

Quanto aos antigos aliados da União Soviética, dentre os quais a Líbia e a Síria representavam a grande força, eles só se podem sustentar parcial e limitadamente. Entretanto,

a Síria conseguiu impor seu jogo ao Líbano combinando as políticas de Riad e do Cairo. Concluindo, a “casa” resiste. Mas por quanto tempo? Eis por que Washington deseja agir rapidamente na solução do problema Israel-Árabe, que passa, como já havia dito Anwar El Saddatt, pelos palestinos. As pressões de Riad e Jerusalém sobre o colosso americano são claramente divergentes. Riad impele Beirute, a OLP, Damasco e Aman a aceitarem uma tímida paz cautelosa. Jerusalém recusa tudo, pensando em poder desfolhar, folha por folha, a alcachofra árabe, sem se precipitar em concessões.

Diante de uma União Soviética em plena transformação, os Estados Unidos permanecem sozinhos na arena. Atacados por um Japão e por uma Alemanha (todos dois exportadores agressivos), senhores de uma economia forte, mas já sem fôlego, os Estados Unidos, que não mais temem seu antigo adversário, precisam de um longo tempo de repouso, que o capital árabe poderia fazer prosperar. Ora, Israel conta com o retorno dos Democratas. Este retorno proviria de uma reação do povo americano frente à miséria crescente, à recessão, à insegurança coletiva e privada. É o que prevê também o Partido Republicano. Eis por que o presidente Bush deseja pôr fim á corrida armamentista e retomar uma política econômica e social forte, sustentada pelo capital árabe. Em grande medida, o futuro dos Estados Unidos passa pelo Oriente Médio. Retomaremos posteriormente as posições de Israel e dos países árabes, respectivamente, e do povo palestino e sua pressão sobre a política americana.

A quinta questão a ser abordada diz respeito à intervenção das grandes companhias de petróleo, compreendendo os setores de extração, refinamento, transporte e distribuição. Estas diversas atividades conheceram e continuam conhecendo uma existência agitada, conflitos, revoluções, revoltas, terrorismo, sabotagens. São muitas entre estas sociedades as que possuem um exército particular, serviços secretos privados, *lobbies* regionais, nacionais ou internacionais. Elas frequentemente intervêm, direta ou indiretamente, nos governos locais. Certamente é bastante difícil recuperar e retraçar as linhas políticas dessas grandes sociedades, de orçamentos colossais. Suas margens de lucro lhes colocam muito acima de vários Estados com sede na ONU e por isso assuntos como o “Irangate” são tão difíceis de elucidar. Sem poder desvendar a complexidade dessas relações internacionais semi-oficiais que existem, é preciso tecer considerações a partir de seus efeitos. A título de simples informação, para ilustrar esse ponto, citaremos o fato de que o fechamento do Canal de Suez de 1956 a 1958 e, depois, de 1967 a 1975, não foi considerado por todos uma catástrofe. Bem ao contrário, “certos petróleos que desembocavam no Mediterrâneo, ou ainda alguns imensos navios petroleiros encontravam-se bastante satisfeitos”. Daí a agir para manter esta situação infeliz, que todos lamentam, não há mais que um passo. E muitos o deram.

Coloca-se, enfim, uma última questão antes de se abordar efetivamente o desenrolar dos acontecimentos. Que papel desempenham as religiões neste contexto geográfico dominado pelo petróleo e pelos petrodólares? Nesta imensa região onde predominam os desertos e as fronteiras são frequentemente imaginárias, vivem povos antigos que pararam no tempo. Em 1920, estes povos passaram de uma dominação otomana, em muitos casos, dominação medieval, pré-capitalista, a um supercapitalismo de efeitos violentos. Quase sempre dominados por ditaduras militares, sem estruturas democráticas, eles conheceram todos os apelos dos populismos militares e dos sonhadores extremistas. Multidões medievais, muitas vezes nômades, com habitações precárias, com a instrução negligenciada de línguas, à margem da civilização tecnológica, com uma saúde deficiente, estas populações viram passar conflitos mundiais e ainda guerras regionais. Passando de um entusiasmo exacerbado à total depressão, para reencontrar uma energia no desespero, estes povos, tão atingidos quanto a História, encontram proteção na religião que, como um corrimão, os impede de cair no vazio. Apoiados neste corrimão, eles desafiam, então, a adversidade. Assim, pois, tudo lhes é fácil. Cada pedra, cada senda, cada antiga construção lhes lembra da marcha dos Profetas, a vida e a morte de Jesus, a epopeia de Maomé. As três grandes religiões se encontram vivas, fortes e

dinâmicas no Antigo Retiro de Jerusalém e confirmam a realidade religiosa. A religião “ópio do povo” do século XIX e início do século XX deu lugar a religiões dinâmicas que reencontram a força da Bíblia, do Evangelho e do Corão.

É, pois, nesta atmosfera mística que se produziu o choque entre o judaísmo modernizado e renovado, e um islamismo vigoroso, também, renovado. De um lado, para os judeus, o direito que lhes confere a História, a repetição secular, a Noite de Páscoa, “o próximo ano em Jerusalém”, e, de outro lado, para os Árabes, a noção de Geografia, a região habitada pelo Árabe, região sagrada. O choque não teve lugar entre o judeu sefardita árabe e o árabe muçulmano, mas, ao contrário, entre os judeus ichkinazim europeizados (judeus poloneses, russos, alemães, húngaros, austríacos, romenos, etc.), dotados de técnicas avançadas, e árabes medievais, mergulhados em sonhos renascidos. Não era o rabino que se debatia com o sheik, mas o pioneiro sionista, estudante universitário ou professor, que subvertia os hábitos do camponês árabe, do Caid, do Bei, do paxá, personagens indolentes de um império turco ultrapassado.

O *Colonial Office*, o *Intelligence Service*, os *Bureaux* Árabes dirigidos pela Inglaterra, aí jogaram durante anos todos os recursos, as astúcias, as intrigas dos mais avisados entre os colonizadores. Irritadas, frustradas ou entusiasmadas, as duas facções lançaram-se em lutas implacáveis. Mas nada teria sido tão decisivo para o Oriente Médio se a II Guerra Mundial não tivesse conhecido o anti-semitismo mais violento. O povo judeu tornou-se o povo Mártir. Era necessário a este povo dizimado uma enseada, um refúgio, uma terra. A Palestina, que era já “The Home” desde 1917, tornou-se um Estado em 1947. A ideia religiosa vencera. O antigo Povo renascia. Mas foi sobre os fragmentos de um povo vivo, os palestinos, que o Estado de Israel foi construído por uma instituição internacional, onde as grandes potências tinham sua grande parcela de responsabilidade. Expulso de seu próprio lugar e, por sua vez, tornado errante, miserável, o povo palestino reencontrara seu ímpeto no ódio e na fé. No entanto, com o passar dos anos, os palestinos conheceram todos os avatares e, por isso mesmo, substituíram a fé cega e o ódio pela Razão de Estado que tentam tornar aceita.

Mas o Islã árabe e não árabe conhece seu renascimento, suas progressivas lutas e suas divisões. A antiga trilogia do Sheik El Banna, líder dos irmãos muçulmanos, volta à tona: “No passado os cristãos dominaram o mundo. Depois os judeus lhes tomaram a dominação, e agora é a vez dos muçulmanos, que dominarão o mundo”. Proselitismo constante, discurso boca a boca, o islamismo radical que o Mundo Ocidental tacha de fanático instala-se nas instâncias inferiores e inquieta os governantes. O islamismo sunita semi-laico de Riad é aceito pela diplomacia internacional, mas, sob ele, o islamismo místico, sunita, xiita ou ismaelita, agita-se e se apresenta como uma força. Estranhamente, é entre o povo palestino que a tendência é a menos forte.

De seu lado, o judaísmo também se agita. E se, através do mundo, os judeus estão longe de estarem confinados em guetos e neles transitando, adotando seus hábitos e costumes, em Israel o misticismo volta a dominar e nada se faz sem os religiosos. Desde a derrota dos partidos democratas, desde o enfraquecimento progressivo dos Kibutz, os partidos religiosos e seus aliados conduzem a política. As reações externas estão à altura do fato. Cristãos e muçulmanos perguntam-se sobre o destino dos lugares santos em Jerusalém e as teses nacionais tingem-se, cada vez mais, de um misticismo que os organismos oficiais procuram mascarar, mas que as atitudes políticas revelam.

Concluamos, pois, com base nestas aproximações. Chegamos, então, ao final de nossa abordagem. Resumamos a situação: vasta zona de mais de 13.000.000 km², o Oriente Médio possui, no seu centro, um grande lençol petrolífero que se inclina na direção nordeste-sul-sudoeste, dirigindo-se provavelmente à entrada do Golfo Pérsico. Esta região central chamada Golfo Pérsico é bastante povoada ao norte, mas perde progressivamente sua densidade humana, a ponto de atingir as cifras mais baixas do planeta (de 1 a 6 por km²). Este vazio

demográfico, aliado a fatores político-sociais, retira desta região, a mais rica do mundo em petróleo exportável, em reservas petrolíferas, em capitais disponíveis, toda possibilidade de defesa. Daí surge um movimento inevitável da periferia em direção ao centro. Este movimento regional seria já perigoso se não intervissem fatores internacionais, os quais, por suas ações constantes, transformam esta região numa zona vital para a economia dita ocidental e para a paz mundial.

Ora, em oposição a este centro eminentemente sensível, encontra-se um segundo epicentro rico em abalos sísmicos: trata-se de um confronto entre Israel e os países árabes. Estes dois centros, um rico e contraditório, e o outro violento, foram durante muito tempo solidários, ligados entre si pelo conflito das religiões, das culturas e das etnias, e pelas ambições obscuras e quiméricas. A tendência diplomática atual será de fazer romper o laço de solidariedade entre os dois centros. Para as potências ocidentais (diretamente interessadas na produção, no transporte e na distribuição do petróleo exportado) dominar a periferia (sobretudo o “teto da casa”) e a orla marítima (oceano Índico e Canal de Suez) é um imperativo categórico.

No conflito Leste-Oeste que, durante gerações, dominou o mundo, a União Soviética buscou constantemente destruir esta hegemonia seguindo três eixos estratégicos: a) a dominação ou a neutralização de periferia norte-nordeste (Irã-Afeganistão); b) *saute-mouton*¹ ou a instalação atrás da barreira periférica dos aliados ou de simpatizantes neutros (Egito, Síria, Líbano, OLP, Iêmen, Etiópia e Moçambique); c) a penetração naval nas zonas marítimas (Alexandria, Canal de Suez, Mersa Matruth, Tobruk, Áden). Este quadro permite-nos, então, abordar o período de 1979 a 1991 tomando como primeiro ponto as relações diplomáticas e da força entre os Estados Unidos (apoiados pelo Bloco ocidental) e a União Soviética.

Se em 1979 os Estados Unidos têm em vista uma participação no conflito que surgiria no Oriente Médio, depois de 1985, tornando-se inteiramente dependentes do Oriente Médio por seu petróleo, principalmente por seus capitais, os Estados Unidos preparam e dirigem os conflitos para resolver definitivamente a situação do Oriente Médio, apoiando a política de Riad. Ao contrário, e desde o início, a União Soviética jamais se encaminhou em direção à guerra. É o que Gamal Abdel Nasser havia compreendido em 1967 e que Anwar El Saddatt compreendera em 1972.

Potência Continental, com problemas continentais, maior produtor de petróleo e gás do mundo, a União Soviética busca intervir no Oriente Médio simplesmente para desequilibrar as posições do capitalismo europeu e americano, fonte de seus problemas ideológicos. Mas ela recua sistematicamente diante de uma guerra mundial pela posse do Oriente Médio e, desta forma, desempenhou um papel muita vezes ambíguo no momento das decisões (1973).

Eis porque poderíamos dividir as relações diplomáticas e de força entre Estados Unidos e União Soviética da seguinte maneira: a) de 1979 a 1985: continuação do conflito diplomático, mas com uma predominância americana e ocidental (Egito – Camp David – Israel – Afeganistão, Irã, Líbano – problema palestino – papel de Riad); b) de 1985 a 1989: as modificações internas do presidente Gorbachev têm suas repercussões sobre a política soviética no Oriente Médio e fazem da União Soviética um atuante neutro e não mais um adversário; c) de 1989 a 1991: a transformação da União Soviética numa potência social-democrata, que adere ao sistema global dos mercados internacionais, o desaparecimento das democracias populares, a inutilidade do Pacto de Varsóvia, fazem da União Soviética uma aliada dos Estados Unidos na busca de soluções para os problemas do Oriente Médio, tendo em vista a consolidação do sistema comercial e financeiro (petróleo e capitais).

¹N.T. – Termo utilizado, em analogia ao jogo infantil, pela estratégia internacional dos anos 1960 para designar a transposição de uma barreira geopolítica. Equivale, em português, ao jogo “pula-carniça” ou “pula-carneirinho”.

O primeiro período (1979-1985) depara-se com quatro grandes acontecimentos, sobre os quais as diplomacias americana e soviética se opõem:

a) *O tratado de Camp David e o Egito*

O tratado de Camp David, assinado entre o Egito, os Estados Unidos e Israel retira da União Soviética o seu principal aliado no Oriente Médio desde 1955 (a declaração de Bandoeng). É o princípio de “soute-mouton”. Esta retirada do Egito da aliança soviética é uma vitória diplomática tanto para Israel como para os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Não somente a União Soviética perde o apoio militar e diplomático da maior potência árabe islâmica, como perde também os frutos de um investimento financeiro (créditos concedidos ao Egito, venda de armas, ajuda técnica e econômica, cultural, etc.). Ainda que o Egito seja mantido à parte das reuniões árabes, estabelecem-se rapidamente vínculos entre Riad e os árabes conservadores de um lado e o Egito do outro. À medida que os capitais do Golfo tomam maior importância, ver-se-á o Cairo manter distância frente a Jerusalém e se aproximar de Washington, tornando-se uma espécie de guardião da região.

Sobretudo durante e depois da invasão do Líbano, o Egito será o centro de um agrupamento árabe e muçulmano bastante vasto – os países do Golfo Pérsico que representaremos por Riad, a Jordânia, o Iêmen do Norte, a Tunísia, o Marrocos, o Paquistão, a Turquia, o Sudão e a Tanzânia –, aproximam-se sem se aproximar, tornando a se reaproximar, jogando com os Estados Unidos cartas sutis que se reforçam depois de 1985. Em contrapartida, essa política de reagrupamento das forças conservadoras árabes ao redor do eixo Riad – Cairo conhecerá interrupções e mesmo recuos (assassinato de Anwar El Saddatt, invasão do Líbano, radicalismo islâmico de Teerã, subida do Islã radical, apoio à sublevação civil palestina, etc.).

O Egito de contradições violentas (60.000 km² cultivados sobre 1.000.000 de km reais, população de 45.000.00 de habitantes na progressão anual de 1,8%, densidade no campo de Menoukieh, no delta do Nilo, de 1.000 habitantes por km², em relação a menos de 8 habitantes por km² na Arábia Saudita) é obrigado a seguir uma política estreitamente ligada a Riad. À antiga política econômica de Nasser, de origem pequeno-burguesa, sucedeu-se uma política financeira e econômica intrincada e heterogênea: a) setor de base de alimentação, habitação, saúde, educação, financiados a 70% pelas potências financeiras árabes; b) perdão das dívidas internacionais; c) fomento ao capitalismo avançado nos setores industrializados, imobiliários, de turismo, de petróleo. Este sistema heterodoxo permite ao Egito desempenhar, em nível internacional, um prudente, mas constante papel de apoio a Riad e a Washington.

Mas o assassinato de Anwar El Saddatt, a propagação dos Irmãos Muçulmanos, os abalos sociais devidos às variações de preços, desmascaram o precário equilíbrio do sistema. Apesar da aparência de um Partido do Povo Único, a oposição (Wafd, Irmãos Muçulmanos, esquerda) está longe de estar morta. A incidência de conflitos como o do Líbano ou o do Golfo Pérsico provoca e continuará a provocar reveses profundos que os dirigentes egípcios têm dificuldade de controlar. Daí a necessidade urgente de uma solução definitiva e razoável para a questão palestina e de Israel, para que o Egito possa, à sombra de Pax Americana, superar seus problemas financeiros e econômicos. O presidente Mubarak julga melhor jogar a carta prudente de Paz necessária e pragmática, mas Paz imediata, aproveitando-se da calma momentânea que predomina desde o final da Guerra do Golfo. A pressão que ele exerce sobre os palestinos, como sobre os israelenses, prova-o amplamente.

De seu lado, os Estados Unidos têm a necessidade de uma política árabe bem conduzida, que não se choque com a existência de Israel e que também não provoque reveses profundos nas massas islâmicas economicamente pobres. A presença prudente da União

Soviética depois de 1985 e, principalmente, depois de 1989 incentiva as iniciativas da administração do presidente Bush.

Camp David, que foi requerido por Saddatt, devido a razões financeiras e econômicas, e sustentado, em 1991, pelos novos dirigentes egípcios pelas mesmas razões, preparou um longo deslizar da diplomacia egípcia em direção à Tel-Aviv de 1973 a 1981, sob o olhar paternalista de Washington, depois em direção ao eixo Washington-Riad, com uma preferência por Riad.

A importância cada vez maior dos capitais árabes do Golfo, acrescido à quantidade também cada vez maior do petróleo comercializado a partir do Golfo, faz com que o Cairo jogue hoje, fortemente, a carta da unidade árabe em torno de Riad. A Guerra do Golfo e a Conferência de Madri provam-no – o Egito obriga a Israel a permanecer fora da guerra para em seguida sentar-se à mesa das negociações. Há, portanto, aí um fato a se deter – mais as relações soviético-americanas aproximam-se, mas os capitais do Golfo penetram a economia ocidental, e mais o papel do Egito afirma-se do lado de Riad como árbitro da situação no Oriente Médio.

Não nos esqueçamos, antes de finalizarmos sobre Camp David, de uma frase de Anwar El Saddatt: “Todos os problemas do Oriente Médio passam por uma solução equitativa do problema palestino”. Nem os americanos, nem os soviéticos tinham, talvez, previsto a importância do fator petrodólar na ascensão da economia ocidental. Este se move atualmente em favor desta longa e prudente política desejada pelo Cairo e por Riad.

Do segundo epicentro em importância, passemos ao primeiro – o Golfo Pérsico e seus pilares.

b) *A crise no Afeganistão*: de 1979 a 1989

O Golpe de Estado Revolucionário engendra uma guerra civil. O Estado afegão de tendência socialista, sustentado pelo empenho do exército soviético, coloca ao mundo socialista e muçulmano problemas no seio das relações diplomáticas e ideológicas soviético-americanas.

O primeiro Golpe de Estado militar foi denominado progressista. Já na Etiópia, em 1974, o Golpe de Estado dos militares progressistas e a chegada de técnicos socialistas, sobretudo cubanos, colocam um problema ideológico e estratégico à esquerda. Podemos fazer uma revolução socialista pelo povo? Não seria aí de retomar a antiga fórmula do século XVIII e do século XIX – “Tudo para o povo, nada pelo povo”? Mas é principalmente a fórmula do Golpe de Estado militar que choca. As décadas de 1950 e 1960 tinham conhecido, sob a égide americana, uma série de Golpes de Estados militares. A esquerda, na sua totalidade, havia reprovado violentamente o Golpe de Estado militar. Ora, bruscamente, por razões de ordem estratégica, cortar a estrada do petróleo (Etiópia), os famosos “saute-moutons”, dominar o teto do mundo (Afeganistão), a União Soviética lança-se numa política de Golpes de Estado militares de consequências nefastas.

Na Guerra Fria, que vai até 1989, a réplica americana vai se dar na Eritreia e na Somália; a réplica francesa em Djibuti, impedindo a Etiópia de atingir o mar Vermelho e o Oceano Índico. No Afeganistão, o desencadear de uma guerrilha islâmica xiita a partir do Paquistão e mesmo do Irã obriga a União Soviética a conduzir uma guerra suja. Os dois Golpes de Estado militares que ganharão penosamente um apoio popular terão falhados seus objetivos. No entanto, por seu lado, a fraqueza ideológica dos insurgidos não conduzirá nenhum proveito para a diplomacia americana. O jogo é sem resultado, mas a ideologia socialista sofrerá um revés extremamente marcante, sobretudo junto às massas islâmicas, pois as forças socialistas e a União Soviética em particular, “pátria dos proletários”, abandonaram a longa preparação

das sublevações populares e congregam os golpes de força das minorias insignificantes a fim de instaurar regimes socialistas sem as mínimas condições “marxistas” de existência.

O segundo problema: a reação das forças verdadeiramente populares (em seu início) sob a ação de Cabul coloca os Estados Unidos numa situação vantajosa ideologicamente falando. As antigas desconfianças em relação à União Soviética reanimam-se em toda parte. A União Soviética, consciente de sua falsa posição recusa o grande esforço desde o início, e contenta-se a uma ação militar por pequenos pacotes conduzindo a um atolamento da guerra, uma estagnação política e econômica de resultados duvidosos. A única chance que o governo de Cabul terá reside na mediocridade e nas divergências de seus adversários. A retirada das forças soviéticas do Afeganistão não provará à diplomacia soviética seu papel de agressora dos povos muçulmanos e dará a Riad, como também ao Cairo, a possibilidade de demonstrar a ambiguidade do jogo soviético no Oriente Médio.

Entretanto, os Estados Unidos não saberão aproveitar o grande erro do adversário, visto que eles serão atingidos pelo mesmo argumento circulando, de boca a boca, por todo o mundo muçulmano: “Os bolcheviques foram sempre judeus e o Tio Sam também o é”. Daí a necessidade de uma verdadeira aliança árabe e muçulmana. Para os Estados Unidos, sentimento que a administração de Reagan e de Bush provaram.

c) *O Irã*

A Revolução Iraniana de 1979 surpreendeu o mundo. No entanto, os acontecimentos esboçavam-se para numerosos observadores. A direita progressista do Xá chocava-se na prática com dois adversários resolutos. De um lado o Tudeh e o *front* democrático, que desde 1945, não haviam deixado de ser opositores à política pró-ocidental do Xá; o termo Xá não designa simplesmente o soberano Pahlevi, mas a um número importante de empresas, de bancos internacionais, de interesses locais que viam dentro da sociedade de consumo, tipo Ocidental, a chave do céu do edifício econômico iraniano baseado sobre os lucros do petróleo. E, de outro lado, o Partido dos Aiatolás, a direita conservadora xiita, cujos poderes econômicos, sociais, ideológicos e políticos não poderiam ser ignorados.

Os erros de uma política pró-ocidental demasiadamente aberta, imprudente, baseada sobre a política e o exército reunia os adversários de sempre, o Tudeh e os Aiatolás. É nesta unidade que é necessário ver, em 1979, uma verdadeira revolução que os marxistas e a União Soviética não haviam jamais logrado fazer – esfacelamento de todo o corpo administrativo, a desintegração do aparelho militar e policial, a paralisação de todas as atividades econômicas. As greves do Tudeh bloqueiam a maior refinaria Abadan. É diante deste desmoronamento de uma potência real que os serviços extraoficiais americanos e os ocidentais detêm o trunfo – o apoio a um grande chefe religioso, o Aiatolá Khomeini, exilado na França desde o Golpe de Estado da CIA de 1953. Dando a Khomeini o lugar de escolha, depois fazendo dele um inimigo aparente do Mundo Ocidental, a tendência extradiplomática apoia os Aiatolás que se apresentam como os grandes executores do Xá. O Tudeh, cuja ação tinha sido extremamente eficaz, encontra-se excluído. Apesar das tentativas dos governos laicos, os serviços ocidentais e americanos apoiam os Aiatolás, cuja ação reconhece-se maior do que se pensava. O Tudeh, os progressistas, os marxistas-islâmicos, os maçons são eliminados dando aos Aiatolás o controle da nova República Islâmica. As ações pouco eficazes da diplomacia oficial americana, as tentativas de liberação dos reféns, demonstram a divisão dos serviços americanos, que acabam por aceitar a ideia de que uma república xiita radical pudesse reunir os partidários afegãos, o mundo xiita, sem falar das repúblicas islâmicas soviéticas, cujos movimentos separatistas parecem ser bastante importantes. Mas é também para a estratégia militar americana uma excelente ocasião de opor os Estados sunitas laicos e conservadores a um Estado islâmico radical e xiita. Esta será a guerra Irã-Iraque.

De um lado, a Revolução xiita será para a União Soviética uma surpresa desagradável. A tomada de poder pelo Tudeh conduziu a uma mudança de forças numa escala regional, bem como na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) onde o Irã do Xá havia desempenhado o papel de moderador em matéria de preços, obedecendo, neste sentido, às vontades expressas por Washington, mas nem sempre pelas grandes empresas de petróleo americanas. A subida ao poder dos Aiatolás reforça os insurretos afegãos, apesar das repetidas declarações da diplomacia iraniana. Ela reforça ainda uma ideia cara às massas muçulmanas de uma verdadeira revolução que só pode vir senão da Verdadeira Religião.

A destruição do Tudeh em 1979 e 1980 prepara a guerra que o Iraque impõe ao Irã xiita. Pode-se falar aqui de uma armadilha diplomática cara à Talleyrand? Isto é possível. Existe em política o que se chama vácuo. Este vácuo pode e deve ser preenchido da melhor forma possível aos interesses. O Iraque conhece em 1977 e 1979 uma série de desentendimentos entre dirigentes que termina em 1979 pela exclusão de Ahmed Hassan Bakhr, quando Saddam Hussein chega ao poder. É o exército no poder.

A longa luta contra a minoria curda, a agitação dos meios xiitas diante do sucesso dos Aiatolás precipitam o movimento em direção a este vácuo político que se chama Abadan. O exército iraquiano vê aí uma vitória fácil encorajada pela diplomacia americana, a qual vê neste conflito uma divisão do mundo muçulmano, e também pela diplomacia soviética, que teme a vitória dos radicais muçulmanos. Mas a revolução iraniana é também a ocasião sonhada por certos interesses do petróleo. A constante baixa do poder de compra do dólar em relação aos produtos manufaturados e industrializados empurra a OPEP e os “petroleiros” para a alta de seu produto. Trata-se da brusca elevação dos preços do petróleo com as consequências que conhecemos sobre as economias do Primeiro Mundo industrial apesar das pressões e das medidas de recessão; o preço do petróleo estabiliza-se bem abaixo no correr do ano de 1979. Daí a precipitação dos acontecimentos.

d) No coração do primeiro epicentro, a *Guerra Irã-Iraque – 1980*

O Iraque foi sempre o “*Enfant Terrible*” dos Estados árabes agitados, porém obedientes. Desde o início dos anos vinte, o Iraque busca, sob o impulso de Fayçal, descobrir sua via à sombra da aliança inglesa, mas com o olhar fixo sobre o ouro negro. Para isto, Nury El Said montou, no decorrer dos anos vinte e até sua morte em 1958, um exército autônomo eficiente, capaz de impor a tutela dos árabes sunitas sobre as grandes minorias curdas, cristãs e xiitas. Grande minoria entre outras minorias, os árabes sunitas serão sustentados pelos sucessivos governos de Nury El Said, e depois da revolução de 1958, sob os regimes militares populistas de Kassem, dos irmãos Aref, de Ahmed Hassan Bakhr e, enfim, de Saddam Hussein. As nacionalizações, as estatizações, as socializações no sentido que o Partido Baath entende estas palavras, não têm outros objetivos senão o de industrializar o país e de fazer o exército iraquiano, o mais forte do mundo árabe, capaz de rivalizar com Israel e com Irã, bem como manter a unidade do país. É interessante notar que numerosos generais curdos e xiitas e mesmo cristãos deram seu apoio às violentas repressões das minorias. O exército sempre agiu como força fundamental e autônoma no Iraque, diferentemente de outros países árabes. As consequências do primeiro choque do petróleo trazem consigo uma riqueza que é investida na industrialização do país, na saúde, na educação, na construção de prédios, mas, sobretudo, no exército. A tendência socialista do governo preocupa os militares. E não é errado pensar que a queda de Ahmed Hassam El Bakhr em 1979 veio de um movimento pró-Occidente dirigido por Saddam Hussein.

O vazio provocado pela queda do Xá leva os dirigentes iraquianos a desejar uma ação imediata sobre Abadan, o centro mais importante de refinamento da região, a finalização dos “*pipe-lines*” (oleodutos), o desembocar sobre um mar livre, desembocar este que os

iraquianos sempre sonharam. Inútil repetir que esta ação tem o aval americano, Ocidental e mesmo soviético. Israel coloca aí fortes reservas. Entretanto, esta curta e alegre guerra não termina. Os iranianos enviam reforços e as operações caem numa estagnação que surpreende, tanto mais que se acreditava que o exército iraniano estivesse completamente desintegrado. Lentamente, o conflito sobe em direção ao norte, afunda-se nas areias e nas montanhas. É a guerra dos comunicados da imprensa, com o exagero que se conhece. Esta estranha guerra durará oito anos. A vitória dos Aiatolás sobre o Tudeh, a islamização das organizações afegãs, tudo isto no meio das melhores vendas de petróleo, onde a barganha sobre os preços permite que os negócios prosperem: petróleo *versus* armas. A navegação do petróleo será livre até 1986.

Diante deste conflito desejado ou não pelas grandes potências (as potências ocidentais visam com Saddam Hussein a tomada da refinaria de Abadan), os Estados Unidos estão divididos, e o caso *Irangate* é o reflexo mais certo. Ainda que Israel tivesse enviado armas ao Irã, ainda que a União Soviética tivesse enviado armas e peças de reposição ao Iraque, o jogo está longe de estar claro. No início, Israel felicitou-se pela duração da guerra, na qual os combatentes extenuavam-se mutuamente para proveito maior do exército israelense que invade o Líbano, destrói a organização administrativa palestina, humilha a Síria numa derrota aérea memorável, domina a Jordânia e obriga o Egito a respeitar o Tratado de Camp David, mas, mais tarde, Israel descobre que, sob o abrigo de uma guerra de comunicados, os dois combatentes, sem muito lutarem, ganham mais força. Compra de armas, especialização das forças aéreas e navais, logística mais adequada, grupos de combate, desenvolvimento da guerrilha, etc. Os militares israelenses fazem notar a seus colegas americanos a eficácia de certos ataques aéreos iraquianos sobre os navios no Golfo Pérsico, o emprego de mísseis melhor dirigidos, o exército iraquiano, como o exército iraniano, saem do bê-a-bá militar, no qual estavam mergulhados os exércitos árabes desde 1948. Este vínculo entre as diplomacias israelense e palestina, entre os acontecimentos do primeiro epicentro (o Golfo) e o segundo epicentro (Israel e Países Árabes do Oriente próximo), é contestado desde 1982 pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que tendem separar cada epicentro. As recusas oficiais e não oficiais dos americanos levam os iraquianos a procurarem armas em várias partes: União Soviética, França, Inglaterra, Brasil, China. A diversidade de armas exige a formação e preparação forçada de técnicos. A guerra arrasta-se no curso dos anos de 1980 a 1988, guerra de comunicados em que a mídia descobre um campo ao sensacionalismo habitual: guerra química, crianças-soldados, massacres dos prisioneiros, recrutamento massivo, manifestações ruidosas, reuniões sucessivas dos países muçulmanos, etc. Sobre o plano diplomático, o apoio de Riad a Bagdad, os empresários do Kuwait, ao seu grande vizinho sunita do norte e o apoio mais aberto do Ocidente e dos americanos a Saddam Hussein, o homem forte que se opõe ao fanatismo medieval de Teerã.

A navegação no Golfo Pérsico é controlada pela frota americana que escolta os petroleiros kuwaitianos, israelenses e árabes. Mas se, não obstante, a luta é aberta entre Teerã e Washington, às escondidas, o abastecimento de peças de reposição faz-se pelos Estados Unidos. O fim da guerra é proposto pelas duas grandes potências e pela ONU por razões humanitárias e específicas (a livre navegação do petróleo no Golfo Pérsico), mas também porque os Estados Unidos temem o reforço das potências iraquiana e iraniana que desfrutavam da guerra, armando-se. Daí o início de um segundo conflito, este capital – a enorme diferença de forças entre os países árabes muito ricos e um Iraque, militarizado e endividado.

As diplomacias ocidentais colocaram-se sempre a questão de saber o que fariam os Estados Unidos diante de uma potência média regional capaz de dominar uma região fora do conflito Leste-Oeste e, talvez, no conflito Norte-Sul. A questão coloca-se em 1989. Trata-se aí da preparação da Guerra do Golfo. Uma campanha da imprensa, na qual Israel e a Grã-

Bretanha distinguem-se particularmente (e na qual o magnata Maxwell parece orquestrar os instrumentos) apresenta, mais uma vez, um líder árabe como um novo Hitler. Trata-se do homem forte de 1987, Saddam Hussein. No entanto, por trás desta fachada, demasiadamente repetida para ser seguida, esboça-se outra manobra na qual os Estados Unidos do presidente Bush e a União Soviética do presidente Gorbachev decidem acertar a questão pendente: uma potência de média a grande importância para um jogo de forças regionais ampara-se nas maiores riquezas do mundo e, justamente por isso, eleva-se ao nível do Primeiro Mundo o Iraque, tendo saído reforçado da guerra Irã-Iraque, encontra-se, entretanto, endividado junto aos grandes capitalistas, seus vizinhos imediatos – o Kuwait, em particular.

Despovoados, dotados de exércitos de opereta, sem estruturas políticas, os Estados ricos do Golfo Pérsico descobrem que uma ameaça inicialmente escondida, depois revelada, perfila-se ao norte do Kuwait. Populações, em relativo consenso, impedem qualquer reação da parte dos Estados ricos e feudais. O Kuwait foi anexado pelo Iraque em menos de algumas horas, sem uma reação considerável. Em 2/8/1990 a Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, os Emirados e Omã, isto é, perto de 40% de todo petróleo exportado, perto de 80% dos capitais disponíveis (incluindo os bens do Kuwait) encontram-se sob a ameaça direta do exército iraquiano. O mundo industrial e capitalista apoiado pela União Soviética desencadeia a operação Escudo do Deserto, a fim de impedir que o Iraque domine a região. Trata-se de impedir que o exército iraquiano avance em direção ao sul. De seu lado, e como veremos adiante, Israel lança a campanha de armas químicas de forma a se preparar para a possibilidade de uma intervenção na região do Golfo Pérsico. Mas os Estados Unidos, mesmo aliados à União Soviética (estamos em agosto de 1990 e a social-democracia conheceu um avanço fulminante nos países do Leste), não estão em posição de lançar sozinhos a operação de reconquista do Kuwait. É necessário a eles o apoio de uma grande aliança árabe.

É neste momento que intervém o eixo Riad-Cairo. Assegurando o Irã, no nordeste, apoiando-se sobre uma Turquia fiel à aliança americana, mas recusando a deixar-se levar pelas “Questões Árabes” (antigo princípio da diplomacia de Kamal Ataturk), reunindo a Jordânia e a Síria, o eixo Riad-Cairo abre o grande jogo incluindo Marrocos e a África Negra Islâmica, mas, ponto capital, recusando a Israel qualquer participação numa guerra de coalizão, sob a bandeira da ONU, separando, assim, as duas zonas de conflito. Certamente, o princípio, a ideia mesma de uma coalizão, tendo como centro a potência militar americana, provém do acordo Washington-Moscou. Mas as articulações sutis, as barganhas financeiras, os créditos concedidos se fazem e se desfazem seguindo os movimentos do eixo diplomático Riad-Cairo. O presidente Mubarak julga melhor, custe o que custar, manter Israel fora do conflito para evitar a sublevação destas populações árabes tão seguidamente frustradas, das quais a população egípcia é um pouco o modelo.

Israel continua sua campanha de imprensa apresentando-se como a futura vítima de um holocausto regional (mísseis de ogivas atômicas, de ogivas químicas, guerra atômica, guerra química), procurando através de argumentos humanitários e sentimentais tirar proveito no jogo diplomático, ou seja, a sua participação na guerra do petróleo. Contudo, as diplomacias ocidentais, americana, soviética e mesmo japonesa, calcularam os riscos do jogo. Elas escolheram a aliança árabe. O eixo Riad-Cairo passa agora por Aman, Damasco e mesmo Rabat. As reações palestinas, líbias, yemenitas terão apenas poucos efeitos. A Síria domina Beirute, a Jordânia forma o Estado-tampão entre Jerusalém e Bagdá, ponto fundamental. Os Estados Unidos e a União soviética dominam o debate na ONU. A operação Escudo no Deserto obteve sucesso. As sanções da ONU outorgam um caráter de legitimidade e de justiça a uma ação que se prepara. Bases são instaladas – a frota, a aviação, o exército dos Estados Unidos instalam-se perto de Riad, longe de Meca (símbolo real e ambíguo do Islã de hoje). Os países árabes amigos mobilizam-se. O Ocidente envia unidades. Entretanto, nada é totalmente fácil. Os países do Terceiro Mundo sentem que esta guerra que se prepara é uma

advertência aos que queriam dominar um mercado de matérias-primas. Os neutros do Terceiro Mundo prefeririam limitar-se às sanções econômicas. A União Soviética, de seu lado, desejaria negociar ao máximo seu consentimento e declara a fronteira iraquiana inviolável. “A reconquista do Kuwait, que seja, mas nem um metro a mais”. O Japão, como o sudeste asiático, julga melhor financiar a guerra sem nela se engajar e declara, de agora em diante, a livre circulação do petróleo. De outro lado, para a diplomacia russa, o desaparecimento de Saddam Hussein criaria um vácuo, no qual um regime xiita de obediência aos aiatolás de Teerã faria apenas piorar a situação e também faria cair o Oriente Médio de mal a pior.

Consciente das dificuldades dos adversários, Bagdá procura ganhar tempo, incitando a opinião pública árabe, lançando a famosa Guerra Santa, *Jihadd*, da qual a mídia é tão apreciadora. A Guerra Santa ou *Jihadd* foi frequentemente lançada pelos califas, pelos sultões, pelo Mahdi de Ondurman, mas nunca vitoriosa. Com exceção das Cruzadas, o único exemplo de uma Guerra Santa encontra-se na batalha de Lépante (7/10/1571), onde as forças cristãs sob a égide de Pio V chocam-se com as forças muçulmanas coalizadas em torno do “Chifre de Ouro” e do Sultão Sélim. Mesmo neste caso, é importante ressaltar a prudente neutralidade da França e da Inglaterra, do lado cristão, e da má vontade dos Berberesques. Registrando rapidamente, o acordo tácito entre Oulouch-Ali (Berberesque) e Jean-André Doria de Gênova, acordo sobre o qual os historiadores ainda discutem.

Mas a diplomacia Washington-Moscou-Riad-Cairo mantém-se bem. Eis por que a única carta que resta a Bagdá é de provocar Israel, de forma a desencadear sua intervenção. Esta desligaria Damasco e Aman e provocaria então um rearranjo de alianças. Mas o presidente Bush julga melhor desta vez conduzir sua guerra. Enquanto republicano, muito ligado aos interesses de Petróleo (com P maiúsculo), o presidente Bush é o artífice reconhecido do eixo Riad-Cairo. O apoio dos Grandes Amigos Árabes lhe é indispensável, no momento em que a transformação da União soviética, da qual ele foi também um de seus artífices, conclui-se, e no momento onde a União Soviética apoia o presidente dos Estados Unidos. Bush toma em mãos a defesa de Israel, protege “o melhor aliado dos Estados Unidos” contra os mísseis de Saddam Hussein, mas amarra o pequeno Davi e o impede de lançar com sua funda uma pedra contra Golias.

É certo, Israel desencadeia uma campanha de imprensa, mas Washington comanda, apesar da mídia que não fala a não ser de Israel, e a fraca aliança Riad-Cairo-Amam-Damasco, se reforça. A Guerra Relâmpago pode ser feita e se fará. Ela durará 40 dias, seguindo novas armas. A ONU, os grandes organismos internacionais, a imprensa televisada, radiofônica, escrita terão direito apenas a poucas informações. Tudo se passará num silêncio de laboratório. A União Soviética demonstrará sua solidariedade em relação ao grande e novo amigo, mas imporá sua condição, que a Europa sustenta: o Kuwait é somente o Kuwait.

Desta maneira, a grande ofensiva sobre Bagdá cessará claramente nas fronteiras do Iraque. A retirada do Kuwait será realizada pelo exército iraquiano e as forças coalizadas festejaram uma vitória da qual ninguém poderá mensurar nem a realidade. Seguindo o conceito já admitido, Saddam Hussein ficará no poder, os curdos e os xiitas iraquianos serão reprimidos, o Kuwait será entregue novamente aos seus antigos soberanos (sob a proteção dos aliados), as fronteiras artificiais de 1962 serão restabelecidas, os poços de petróleo serão extintos (sem a catástrofe ecológica que se temia), Israel contará seus mortos (sem a guerra química), em suma, o mundo reencontrará um equilíbrio em torno do preço normal do petróleo. Desta vez não houve um choque petrolífero. O dólar poderá, até mesmo durante alguns meses, reencontrar um semblante de saúde. Todavia, o ponto fundamental desejado por Washington desde vários anos, a saber, a instalação de grandes bases permanentes na Arábia Saudita, está resolvido. Os americanos possuem forças de intervenção no Golfo Pérsico com o apoio de Riad e de todos os aliados árabes – o Cairo, os países do Golfo, Aman, Damasco. Teerã entendeu a lição e curva-se. Moscou está de acordo, na medida em que não se

modifique o *status quo* atual. Mas o peso de Moscou diminui sem cessar. Daí a importância acrescida dos Grandes Amigos Árabes. Certamente, o Yêmem, o Líbano, a Líbia, os palestinos protestam de tempos em tempos, porém o efeito não tem quase resultado.

O teto edifício, com a Turquia, resistiu à pressão com duas guerras do Golfo. O centro está ocupado e sem maior força de oposição. O sul, os mares, o “chifre” da África, o Canal de Suez estão em mãos de amigos, de aliados ou neutros consentidores. A frota americana tem aí as suas bases. De 1979 a 1991, a região do petróleo transformou-se. De centro petrolífero, ela tornou-se um dos maiores centros financeiros do mundo. Em alguns anos, este mesmo centro tornou-se uma força política e o Mundo Ocidental aí se realinha.

Concluamos, portanto, sobre este primeiro grande centro (o petróleo e o Golfo) das relações diplomáticas soviético-americanas e de suas consequências sobre os países do Golfo Pérsico. Recusando-se a chegar a uma guerra pelo Oriente Médio, a União Soviética perderá seu principal aliado, o Egito, plataforma giratória do Oriente Médio. Bloqueada ao norte pelo Afeganistão e ao sul pela Etiópia, a União Soviética assiste à guerra Irã-Iraque (o Tudeh tendo sido eliminado), depois, tomada pelo turbilhão das modificações internas, ela abandonara a Guerra Fria, apoia os Estados Unidos e dá à potência americana e aos ocidentais o controle militar e mesmo político da região. Durante este tempo, as forças árabes cresceram. Suas ações econômicas e financeiras influenciam o Primeiro Mundo. Ora, esta força devida à religião, ao Estado de Israel e às contradições internas pode desfazer-se. Nada está estável, caso não se estabilize o antigo problema: Israel e o Mundo Árabe e se não se separar os dois epicentros.

Os conflitos Israel – Países Árabes – Palestina: a Conferência de Madri

Em 132 a 135, Adriano reprimia brutalmente a revolta judaica de Bas-Korheba e dispensara o povo judeu. A diáspora, como povoação judaica fora de Israel, inicia-se, então, sem ligação material com a Terra de Canaã e se fará segundo os acidentes e as peripécias do Império Romano. Entretanto, em 756, com a fundação do Emirado Omíada independente de Córdoba, na Espanha, é que pela primeira vez os judeus puderam desenvolver uma cultura, uma religião, uma vida social que lhes permitiu a esperança de uma pátria. Moisés Maimônide, o doutor de Córdoba, foi o inspirador de um judaísmo racional e mundial. Deslocando-se sem cessar, ele levará de sua terra natal, Córdoba, de seu paraíso de tolerância, preparado pelos Omíadas muçulmanos, a ideia cara de um renascimento do pensamento judaico. É por ele que pedirá a seus irmãos judeus emigrados nas extensões da Rússia, desde a Criméia até o Volga, de não converter os “*Goys*” (estrangeiros). A noção de raça, de Povo toma, então, corpo.

É em 1991, em Madri, a 400 km de Córdoba, que se abre pela primeira vez um diálogo entre judeus e árabes sob o patronato do doutor de Córdoba e da tolerância dos Omeyades, quando neste mesmo ano uma coalizão dos países árabes conduzia uma guerra contra a intolerância de Bagdá. É certo, tal seria o quadro que a mídia gostaria de pintar e que pinta por vezes. Mas as comparações e as coincidências interrompem-se logo. Não são seferadins da Espanha ou do Oriente Médio que fizeram Israel em 1948, mas os *Ichkinazins* russos, poloneses, alemães, húngaros, tchecos, romanos, etc. São judeus europeus, com concepções europeias, com tragédias europeias, com técnicas europeias, com a mentalidade europeia que farão Israel contra o *Colonial Office* e contra os árabes.

Naturalmente, com frequência, o empirismo e o racionalismo europeus serão misturados às tradições judaicas, mas no seu conjunto que sejam os Kibutz (fazendas-fortalezas de concepção marxista e com influência das ideias de Tolstói), os sindicatos, o exército, o sistema parlamentarista, a educação, a saúde, a habitação, o lazer, as artes, a ciências, a Universidade, etc., que contém em si um espírito europeu e neoeuropeu

(americano). É certo, o hebraico foi reinventado, modernizado, as raízes redescobertas, os nomes hebraicos restabelecidos, mas para o essencial de uma vida moderna, a concepção é eminentemente europeia ou americana. A visão simplista de Córdoba dos Omeyyades e de tolerância que envolve Moisés Maimônide não saberia como explicar a enorme diferença que existe entre o israelense de Tel-Aviv e o árabe de um campo de refugiados. O *ichkinase* chegado da Europa sempre olhou o árabe como um ser inferior, transferindo a este ser orgulhoso e miserável o ódio que o polonês, o russo ou o alemão possuíam em relação a ele, judeu. Eis por que, muitas vezes, Jean-Paul Sartre gostava de repetir que o palestino é o judeu dos judeus. Várias testemunhas demonstram que o *ichkinase* tem o mesmo desprezo pelo seu irmão sefardita, e as queixas dos judeus marroquinos, egípcios, yemenitas, abissínios não fazem senão que comprová-lo. Estes judeus sefaradins sentem-se discriminados num Estado que é seu. Ora, os grandes centros da diáspora judaica de Nova Iorque, de Moscou, de Londres, de Paris, de Buenos Aires estão povoados de Ichkinasim. Em Israel o governo, o exército, as grandes instituições são dominadas pelos “Sabras” de origem *ichkinazim* ou pelos *Ichkinasim*. Os sefaradins representam uma estrita minoria nos setores de decisão. É necessário, portanto, especificar bem que a consciência política judaica e israelense é um produto eminentemente europeu e americano em oposição direta com a mentalidade geral do Oriente Médio.

A título de simples informação, seria interessante mencionar que um cristão maronita de Beirute, que um copta, egípcio do Alto Egito, são orientais no sentido talvez mais preciso do termo. Seus ódios, seus amores em relação aos árabes muçulmanos são sentimentos que um vizinho experimenta por outro e, talvez, resida aí o erro da diplomacia israelense que pensou num dado momento em Estados cristãos, aliados a Israel. E não é diferente também entre um “*piednoir*” e um algerino muçulmano, entre um Afrikander e um negro, entre um israelense e um árabe palestino. É certo que existem e existirão sempre as exceções; indivíduos que rompem com a moldura estreita de uma consciência racista, mas infelizmente isto é uma exceção e todos os anos de socialismo no Leste Europeu não colocaram fim aos ódios ancestrais. Cruel decepção!

Este preâmbulo, um pouco longo, talvez, explique-nos, pois, a mentalidade de Israel em 1948, bem como em 1979. A visão que os dirigentes israelenses têm é a seguinte: encurralados entre o deserto e o mar, três a quatro milhões de judeus encontram-se cercados por dezenas de milhões de árabes, humilhados e revanchistas. Partindo do cercamento ancestral do Gueto, encarando o outro como inimigo, o judeu de Varsóvia, de Kiev, de Kovno ou de Praga, de Auschwitz ou de Treblinka partirá das seguintes regras do Primeiro-Ministro Shamirdefine, o que não quer dizer que a opinião pública israelense esteja totalmente de acordo que os governos de Israel e os Comitês sionistas as aprovem: a) nenhuma promessa de paz externa vale uma zona tampão de segurança, permitindo a ação de retardar em caso de ataque surpresa, possibilitando ao exército o tempo de reação. As zonas-tampões são o sul do Líbano, Golan, os territórios ocupados da Transjordânia, as zonas neutras do Sinai e de Gaza. Estes Estados-tampões deveriam estar dotados de kibutz, verdadeiras fazendas-fortalezas, para bloquear qualquer avanço surpresa dos árabes; b) nenhuma paz coletiva com os árabes. Mas pazes separadas, determinadas por precisas condições de segurança. Política diplomática chamada de Alcachofra (folha por folha); c) nenhum reconhecimento de um Estado Palestino que os palestinos e os Países Árabes, eles mesmos, rejeitaram em 1948 e, sobretudo, nenhum contato com a OLP, considerada como uma organização terrorista; d) o exemplo fundamental encontra-se na iniciativa de Anwar El Saddatt de ir a Jerusalém e na Paz de Camp David.

Estas premissas israelenses são atualmente contestadas pela diplomacia americana. Esta mudou; em primeiro lugar, a União Soviética não mais ameaça em 1991. Em segundo lugar, os Estados Unidos atravessam a maior crise de sua existência, apesar das aparências, pois esta crise revela o aspecto de uma erosão lenta, mas contínua que mina a prosperidade

americana. O governo americano está consciente disso e o caminho da prosperidade passa por Riad e os grandes capitais do Golfo Pérsico. Os preços constantes, e abaixo os valores das matérias-primas, são irrelevantes em comparação ao baixo preço do petróleo importado, cuja chave está com Riad.

A existência do Estado de Israel não é ameaçada em suas fronteiras. Aliás, o exército israelense demonstrou mais de uma vez sua superioridade incontestável sobre os exércitos árabes nas guerras defensivas de 1948-1956-1967-1973. A ameaça palestina, militarmente falando, não existe. A guerra do Líbano como a do Golfo Pérsico demonstraram, em compensação, os limites militares, econômicos, sociais e políticos do Estado de Israel. As divergências soviético-americanas cessaram; a União Soviética, de adversária, tornou-se novamente a amiga de Israel. Todas as condições são, portanto, preenchidas, a fim de permitir uma paz que estabelecerá, de hoje em diante, em regimes estáveis sob a égide dos Estados Unidos, auxiliados pela Europa unificada e pela União Soviética, sem contar o Japão e a China.

A destruição do Iraque, o enfraquecimento do Irã, a neutralização da Síria, da Jordânia, do Líbano conduzem ao enfraquecimento da OLP, cujos ataques contra Israel, ainda que muitas vezes espetaculares, não foram senão picadas de mosquitos, jamais colocando em perigo a segurança de Israel. Em compensação, as aventuras como a ofensiva sobre Beirute em 1982 e as perspectivas de uma batalha de rua deram novamente aos contingentes palestinos e libaneses uma força que eles não tinham. Esta é a opinião de especialistas árabes e americanos.

A diplomacia americana, apoiando-se sobre o eixo Riad-Cairo, está consciente de que a era das guerras no Oriente Médio está terminada e que as perspectivas de uma revolução islâmica radical, uma espécie de *Jihadd*, não poderá existir senão na medida em que a tensão continue entre os palestinos, jordanianos, sírios e libaneses. Na medida em que o Estado Palestino nascesse, ele seria neutralizado e se integraria num dispositivo geral, no qual Israel seria o beneficiado. Daí as viagens do Sr. Backer, a pressão sobre Israel e a convocação da Conferência de Madri para 28 de outubro de 1991. A esta visão otimista, a direita israelense, o Likud, em particular, retoma o período de 1979 a 1991, a fim de melhor contestar o ponto de vista americano de uma conferência geral: “precisamos, portanto, retomar o conflito Israel-árabe, causa e consequência de muitas mudanças”.

O Líbano

Israel interveio duas vezes no Líbano, em 1978, depois em 1982, avançando até Beirute para defender a existência dos cristãos libaneses e para impedir a criação de um governo palestino. Apesar de todas as promessas, os cristãos libaneses foram sendo lenta, mas seguramente despossuídos dos seus setores seculares de moradia, de suas influências por coalizões islâmicas. Pior, os palestinos, refugiados nos campos financeiros pela ONU, formaram exércitos que se instalaram desde 1973-74 no Líbano, usurpando os poderes do governo libanês, formando verdadeiros quadros governamentais e instalando administração e autoridades militares. Durante este tempo, a Síria, sob o pretexto de uma instabilidade nas suas fronteiras, instala-se no Líbano. A desintegração do governo libanês, desde 1972, o desmantelamento da administração, a fragmentação das autoridades nos trazem de volta a constituição de regimes pós-feudais que alguns historiadores haviam previsto.

Israel considera a situação do Líbano em 1982 sob dois aspectos: a) destruir a organização administrativa e militar que a OLP vem construindo na região Tyro-Sidon-Beirute; b) infligir à Síria uma derrota no centro do Líbano, deixando a esta potência árabe o controle do Líbano do Norte, consumando, assim, a divisão do Líbano em três Estados – um

zona neutro ao sul, um Estado cristão ao centro e um Estado árabe-palestino ao norte, sob a responsabilidade da Síria.

Já em 1978, Israel havia tentado uma invasão, mas em 1982 a situação parece mais grave e, por outro lado, depois de Camp David, Israel tem as mãos livres no norte. São conhecidos os detalhes da invasão. Vitória massiva sobre a aviação Síria, destruição das bases palestinas, marcha rápida sobre Beirute. Sucesso real, mas com algumas nuvens negras no horizonte. O Primeiro-Ministro Begin descobre ainda junto aos americanos, reticências às quais ele não estava habituado. Os Grandes Amigos Árabes notificam a administração americana que uma nova humilhação aos árabes não será aceita. O Egito, para demonstrar seu mau humor frente a uma nova ação da qual ignorava o alcance, retira seu embaixador.

A Inglaterra, a França, o Mundo Ocidental, enfim, se perguntam até onde irão as ambições israelenses, já que esta guerra é tipicamente uma guerra ofensiva e não defensiva. Em Israel, a lista de perdas de uma guerra de agressão excita a opinião pública, sobretudo entre os oficiais que se recusam a considerar estes bandos de assassinos libaneses como aliados. Mas lá onde fere a cincha é que está a questão da tomada de Beirute. Apoderar-se de uma grande capital árabe, depois ocupa-la e enfim dominá-la acarreta, exige, muitas perdas em homens e em material. A diplomacia americana sente, então, a hesitação israelense e reforça suas pressões: que Israel se retire para uma zona ao sul de Tyro e Sidon, que os palestinos se retirem do Líbano e que uma força multinacional tome em mãos o destino deste país.

A Síria, apoiada pela União Soviética, apesar de sua derrota aérea, reforça sua ocupação no norte do Líbano, a fim de preencher um vazio. Os cristãos não se moveram, procurando, apesar dos extremistas, uma solução local, regional, árabe, portanto. Se Israel demonstrou uma vez mais sua força militar operacional, o Estado judeu acaba de perder, com os massacres dos acampamentos palestinos, a auréola de Mártir que a opinião pública internacional lhe havia outorgado. Mais uma vez a direita israelense procurará demonstrar que Israel não pode se permitir o menor erro e que os ataques terroristas da OLP exigem uma represália, seguindo o antigo adágio “olho por olho, dente por dente”. Insistindo ainda uma vez sobre este ponto, à parte a sublevação civil, o “terrorismo” palestino não teve mais do que um pequeno efeito sobre a segurança de Israel.

A opinião pública israelense joga desta vez. E a direita tem as consequências desta aventura. Begin deixa o poder, mas a direita reforça suas posições. No entanto, a diplomacia americana do presidente Reagan, preparada pelo Vice-Presidente Bush, exige a aplicação do plano americano apara salvar sua amizade de Riad e do Cairo. Entretanto, todas as diplomacias, e mesmo as grandes sociedades, agem desordenadamente entrecrocando-se em escaramuças contínuas, e grupos sem filiação se vendem ao primeiro que chega. Estados Unidos, Israel e França experimentam desesperadamente antigas cartas – famílias de linhagem cristã para restabelecer uma aparência de ordem. Mas os palestinos, expulsos pela grande porta retornam pela janela, reinstalam-se e reforçam a frente de Libertação Nacional libanesa, à qual os *Druzes* turbulentos conferem o seu apoio. A frente cristã se desmorona, enquanto organizações ditas xiitas se apoderam de reféns estrangeiros para exigir reivindicações nacionais. As tropas internacionais, muito fracas, nada podem contra as milícias dotadas de armas pesadas, sem falar nos ataques de aviação israelense. Como impor uma situação que devolveria ao Estado Libanês seu exército, sua política, sua justiça seu parlamento, sua administração fiscal, já que tal é a única solução para os dois grandes. A diplomacia americana, assim como a diplomacia soviética, ambas apoiadas pelos organismos internacionais, exigem o restabelecimento do Estado libanês. É então que Damas compreende, enfim, o verdadeiro sentido do jogo. Trata-se de salvar a legitimidade do Estado libanês. O Líbano tem um assento na ONU, assim como Kuwait o tem. Dessa forma, estes Estados inexistentes existem. Tal é a lei da diplomacia no Oriente Médio.

Ora, a Síria é o único exército capaz de se deslocar ao Líbano norte e a Beirute, seus exércitos conhecem o labirinto dos grupos armados. Sua luta imporá uma lei que será aquela de um governo libanês legal. Sob este ponto de vista, a ação de Damas encontra em Washington, assim como em Riad ou no Cairo, partidários calorosos. Protegido de Moscou, mas livre de seus movimentos desde o fim da Guerra Fria, Damas, longe de seguir a Líbia numa atitude anti-ocidental, coloca-se sob a bandeira de uma unidade árabe, cujo centro financeiro é Riad. O pragmatismo sírio vai ainda mais longe – restabelecendo a paz no Líbano, reatando os laços com o Hachemita de Aman, com os sauditas de Riad e o Egito de Camp David. Unindo-se à coalizão em 1990, ele transpõe o último obstáculo e se apresenta em Madri como uma nova força política. Ao Líbano, e durante a Guerra do Golfo, Damasco demonstrou um jogo diplomático sutil no interior das normas do eixo Cairo-Riad.

Quanto a Aman, o rei Hussein da Jordânia, Hachemita isolado após o desaparecimento de seu primo de Bagdá em 1958, jogou e continua a jogar um jogo sutil, mas eficiente. Apoiado por Londres, Hussein da Jordânia joga sobre três planos uma carta essencial: a) Estado-tampão entre Israel e Iraque, mas também Estado-tampão entre o Oriente Próximo e o centro do Oriente Médio; evitando a conjugação de crises, a Jordânia Hachemita congregou os novos sauditas em Riad; b) Estado feudal, conservador, irreal, artificial, do tempo de seu avô Abdallah, a Jordânia tornou-se lentamente um Estado e uma nação jordaniana com uma economia mais estável e conflitos atenuados. Conservador, nos anos 1970, o Estado jordaniano tornou-se moderado em 1985, para se tornar parlamentarista e democrático em 1989. Apesar da ameaça de um radicalismo sempre possível, a Jordânia de Hussein torna-se lentamente um modelo de prosperidade modesta (sem petróleo) da unidade árabe; c) tendo sempre mantido em relação a Israel uma neutralidade benevolente, o Estado jordaniano deseja desempenhar o papel de verdadeiro interlocutor, junto àquele país na questão palestina; colocando-se como porta voz dos palestinos, respeitando nisso a maioria do El Fatah no interior da OLP – moderado, mas firme, sustentado por Londres, Washington, Riad e Cairo, Hussein da Jordânia ao abrir as portas ao parlamentarismo e a ação dos jordanianos de origem palestina traz um novo elemento de unidade como mostra a delegação mista jordaniana-palestina na Conferência de Madri.

Considerações finais

Desde o fim da Guerra Fria, com a retirada da União Soviética da arena política mundial, Israel perdeu sua importância sob o ponto de vista americano. Este eficiente exército, necessário no Ocidente como contraponto aos aliados da União Soviética, não tem mais tanta importância. É certo que a força de Israel não provém apenas de seus exércitos ou de uma economia mediterrânea relativamente prospera (sem petróleo), mas, sobretudo, de um poderoso *lobby* junto aos Estados Unidos, especialmente às vésperas das eleições de 1992. Uma brincadeira corrente hoje nos Estados Unidos – “Você sabe que o presidente Bush visitará os Estados Unidos em janeiro?” – vale uma eleição. Se acrescentarmos a esse *lobby* político a mídia que age geralmente a favor de Israel, é possível compreender que a sua verdadeira força é ainda a diáspora. Mas se as direções dos grandes organismos sionistas são ainda conservadoras, a grande maioria dos judeus da diáspora está inclinada a reconhecer a necessidade de uma paz unindo com isso, a opinião pública israelense cansada de quarenta e três anos de guerras. O ponto fundamental parece ser a seguinte frase: “Que os árabes, e palestinos em particular, reconheçam definitivamente o Estado de Israel”.

O Primeiro-Ministro Shamir e os dirigentes sionistas preferem discutir com os representantes Democratas aos Republicanos ligados a Riad. Eis por que a tendência de uma parte do governo israelense e de alguns dirigentes sionistas seria a de ganhar tempo e esperar as eleições de 1992. Dividir os árabes, não reconhecer a OLP, preparar paz separadas, mas

esperar os resultados das eleições nos Estados Unidos de forma a jogar, no último momento, com uma administração Democrata, a melhor carta para a paz.

Foi com sangue, lágrimas e perdas que o povo palestino construiu sua unidade. Unidade contestada por alguns, afirmada por outros. Dotada de uma diáspora, de um governo emigrado, exércitos de opereta e, de muitas vezes, representações diplomáticas de um revolucionarismo romântico, como “Garibaldis” do século XIX, a OLP flertou com todos os movimentos revolucionários, perdendo de vista, em alguns momentos, o essencial – a população palestina de Israel e dos territórios ocupados. Passageiro que perdeu sistematicamente todos os trens da História desde 1945, foi apenas nas sublevações civis dos territórios ocupados em Israel que os movimentos palestinos reencontraram verdadeiramente a vida. Apoiando-se, então, em notabilidades estabelecidas, freando programas quiméricos, mantendo-se com os recursos de Riad, os dirigentes palestinos compreenderam, enfim, o renascimento pragmático do Estado de Israel. Tal é a revolução do povo palestino, e de seus dirigentes de 1979 a 1991.

Evitando as armadilhas, eles mostraram, tanto na Guerra do Golfo, na preparação da Conferência de Madri, uma moderação surpreendente, baseada em Aman e Cairo. Política prudente, com objetivos limitados, porém mais eficazes, visto que representam o essencial – a união dos palestinos em torno de um núcleo enraizado. O comboio de moderação e pragmatismo que passou pelas gares do Cairo, Riad, Damas, Aman e Tunísia, apanhou também os palestinos, a OLP e o governo provisório do povo palestino. A escolha dos delegados (entre os quais muitas mulheres), a moderação da linguagem e a firmeza dos objetivos junto à delegação jordaniana mostra toda uma evolução entre uma diplomacia a Garibaldi (antes de 1985) e a diplomacia a Cavour (depois de 1987). Aí está um sinal seguro de maturidade, que significa o conjunto da evolução do Oriente Médio.

É certo que muitas questões permanecem pendentes – a Líbia do presidente Khadafi levada, contra sua vontade, em direção ao sul, a Tchad, a posição do Vaticano na questão dos Lugares Santos, entre outros, mas o essencial das relações diplomáticas encontra-se em torno deste equacionamento nascido com a evolução geral do período 1979-1991, período tão fundamental para o mundo, como para o Oriente Médio.

O enorme poder dos Estados Unidos e o futuro da Europa unificada estão vinculados ao bom preço do petróleo do Golfo Pérsico e aos grandes capitais dos países ricos no Golfo. A transformação da União Soviética bolchevista em uma potência social-democrata ligada aos interesses superiores do mundo capitalista modificou toda a estrutura do Oriente Médio, que se divide em dois – o centro petrolífero dominado pelas bases americanas depois da Guerra do Golfo, e o Oriente Próximo, para o qual a Conferência de Madri prepara a solução do conflito israelo-árabe. Com certeza, o radicalismo muçulmano, a miséria das grandes massas muçulmanas dos vales do Nilo, Tigre e Eufrates, da Turquia, África e Ásia, somada à intransigência religiosa judia e às intrigas de políticas frustradas, podem retardar o processo de integração do Oriente Médio.

Mas após as grandes guerras, a tendência é a da consolidação de uma paz pragmática e moderada, talvez reacionária como a Europa moderna nascida da Santa Aliança, contendo nela as premissas de transformações sucessivas que se farão, inevitavelmente, sob o peso da economia e da demografia.